

## VIDA ACADÊMICA

---

### OS NOSSOS MORTOS

JOSÉ CARLOS DE MATOS PEIXOTO

(Ocupou a Cadeira n.º 31)

Nasceu em Iguatu, no dia 12 de março de 1884. Filho de Miguel da Silva Peixoto e Isabel de Matos Peixoto. Transferindo-se para Fortaleza, voltou-se para o magistério particular, tendo sido lente do reputado Ginásio Cearense, do Prof. Anacleto de Queirós, a quem acompanhou, na mesma qualidade de docente, até Manaus, quando ele, a convite do presidente Constantino Néri, para ali seguiu, com o objetivo de fundar um estabelecimento de ensino, que de fato instalou — o Instituto Amazonense. Retornando a Fortaleza, ensinou, durante alguns anos, no Instituto de Humanidades, do Prof. Joaquim Nogueira, inaugurado em 1904. Em 1908, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Ceará, da qual, em 1914, foi nomeado catedrático de Direito Civil. Antes, e desde 1911, fora catedrático de História Natural do Liceu do Ceará. Detentor de robusto saber humanístico, especializado em Filologia e no conhecimento do Inglês e do Latim, veio a conceituar-se como civilista e constitucionalista emérito e ganhar renome como advogado. No quadriênio 1924-1928 foi chamado a ocupar as funções administrativas de Secretário de Estado e as eletivas de Deputado Federal. Pelo acordo de todos

os partidos políticos cearenses, foi eleito Presidente do Estado. Entretanto, interrompido o seu governo pela revolução de 1930, passou a residir no sul do País e, fixando-se, afinal, na Capital da República, montou escritório de advocacia e galhardamente venceu. Conquistou a cátedra de Direito Romano na Faculdade de Direito de Niterói e na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e foi Professor Emérito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Viu-se, enfim, considerado e respeitado como jurisconsulto eminente. A Academia Cearense de Letras, na sua gestão presidencial, recebeu os seus influxos animadores, reorganizando-se na sua estrutura. Publicou, além de avultado número de arrazoados forenses — Reforma da Constituição Cearense, 1924; Posse e Direitos Pessoais; Recurso Extraordinário, 1935; Curso de Direito Romano, 1943, e outras eds. 1950, 1955; Progresso Legislativo Pátrio (Aula de Sapiência), 1953. Faleceu no dia 26 de janeiro de 1976, no Rio de Janeiro.

R. G.

### **JOSÉ MARTINS RODRIGUES**

(Ocupou a Cadeira n.º 38)

Faleceu ontem em Brasília, por volta das cinco horas da manhã, vítima de colapso cardíaco, o Dr. José Martins Rodrigues, um dos grandes juristas do País e homem público de destacada atuação no setor político nacional, tendo sido, inclusive, Ministro da Justiça durante o governo do ex-Presidente Ranieri Mazzili.

Seu sepultamento deverá ocorrer na Capital Federal, às 15 horas de hoje, embora a decisão ainda não esteja definida, pois seus filhos desejam enterrá-lo no Ceará. Contudo, em virtude do estado de sua esposa ser dos mais delicados e encontrar-se impossibilitada de viajar, é possível que o sepultamento se realize em Brasília, para onde seguirão hoje, os parentes residentes em Fortaleza.

José Martins Rodrigues nasceu em Quixadá, a 2 de setembro de 1901, filho de Martinho Rodrigues Sobrinho e Isabel de Sousa Rodrigues. Cumpru-se seu curso secundário e os preparatórios no Liceu do Ceará, formando-se pela Faculdade de Direito do Ceará em 1922, da qual foi professor catedrático da disciplina de Direito Civil.

De acordo com a obra *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*, de Hugo Victor Guimarães, iniciou suas atividades profissionais no ano da formatura, militando “na imprensa, como redator d’ *O Nordeste*, dirigido pelo Dr. Andrade Furtado, tendo sido, anteriormente, a partir de 1919, redator do *Correio do Ceará*”.

De 1923 a 1930 foi professor interino de Língua Vernácula da Escola Normal, exercendo, ao mesmo tempo, a profissão de advogado. Na Assembléia foi líder da maioria. Membro da organização da Liga Eleitoral Católica. uma vez eleito governador o Dr. Francisco de Meneses Pimentel, nomeou-o Secretário do Interior e da Justiça, cujo exercício assumiu a 27 de maio de 1935, nele permanecendo até 24 de janeiro de 1939, quando passou a exercer o cargo de Secretário da Fazenda, simultaneamente com o da Agricultura, permanecendo na Fazenda até 3 de maio de 1943, quando se exonerou.

Antes já havia deixado, no 2.º semestre de 1942, o exercício das funções da Secretaria de Agricultura. Como Secretário da Fazenda representou o Estado, mais de uma vez, em missão na capital da República, notadamente na Segunda Conferência de Técnicos em Assuntos Fazendários e Legislação Fazendária, realizada em 1940, e na Conferência Nacional de Legislação Tributária em 1941.

Em 1942 participou, também como representante do Ceará, da inauguração oficial da cidade de Goiânia, e da Convenção Nacional de Geografia e Estatística. Como substituto eventual do Interventor esteve no governo do Estado no período de 16 de abril a 18 de julho de 1938, ingressando em outubro de 1935, mediante concurso na Faculdade de Direito,

como professor catedrático da segunda cadeira de Direito Civil”.

De 1936, data da sua fundação, até 1942, dirigiu o matutino *O Estado*. Em março de 1946 foi nomeado membro do Conselho Administrativo do Estado, funções que deixou por ter sido nomeado para o Conselho Nacional do Ensino, no Rio de Janeiro, em substituição ao Dr. Beni Carvalho, eleito Deputado federal. Publicou, além de trabalhos forenses, uma tese de concurso sobre *Efeitos Jurídicos do Silêncio*, reputada obra de suma valia”.

Falando sobre as atividades de José Martins Rodrigues como professor e administrador, o escritor Raimundo Girão em seu livro *Palestina, uma Agulha e as Saudades*, afirma que “a cátedra da Escola Normal honrou-se com as suas aulas, os pretórios honraram-se com os seus arrazoados jurídicos, a Faculdade de Direito com as suas lições eruditas, a política com as suas incessantes atividades, o seu descortino, as suas atitudes decididas, os seus discursos parlamentares e sua objetividade de ação, a sua honestidade nos cargos.”

“Passou pelos mais importantes testes na administração do Estado natal. Deixou o traço forte e inconfundível de sua passagem em todas as Secretarias do Governo e no Governo também, quando o ocupou interinamente, por mais de um turno”.

“Sempre o mesmo, pequeno de tamanho físico e maior de cérebro e temperamento, incansável, não raro queimante nas deliberações, prometendo vassouradas de expurgo, amigo dos amigos e destemeroso das críticas e ameaças dos adversários políticos”.

“Encheu por muito tempo a vida administrativa estadual, trabalhando, lutando, escrevendo, preparando leis, despachando, construindo, reconstruindo, admitindo, demitindo, fiel aos ditames de sua ideologia partidária que nunca traiu, ou às ordens de seus pontos de vistas pessoais, sustentadas com firmeza e convicção”.

Além das funções já mencionadas, Martins Rodrigues foi, ainda, Consultor Jurídico do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, Deputado federal de 1926 a 1930, Deputado federal depois da reconstitucionalização de 45, em quatro legislaturas, líder do PSD na Câmara Federal, secretário geral do MDB, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Ceará e do Instituto dos Advogados do Ceará, do qual foi fundador, e membro do Tribunal de Ética da OAB, no Distrito Federal. Afastou-se das atividades políticas em face de ato revolucionário, em 1968.

Dentre inúmeros títulos recebidos, destaca-se o de Advogado Padrão, concedido pela OAB-Ce. Além da tese *Eleitos Jurídicos do Silêncio*, publicou também o trabalho *Da Quota Disponível* e diversos Pareceres, na Revista de Direito Administrativo, Revista Forense e Revista do Conselho Nacional de Águas.

No dia 27 de novembro de 1924, Martins Rodrigues casou-se com a Professora Zilda Costa Martins Rodrigues. Do matrimônio nasceram os seguintes filhos: Carlos Roberto Martins Rodrigues (professor e advogado), Presidente da Ordem dos Advogados do Ceará; Carlos Maurício Martins Rodrigues, Advogado; Paulo Marcelo Martins Rodrigues, Médico e Professor; Zilda Maria Rodrigues de Andrade, casada com o Deputado Paes de Andrade e Maria Teresa Rodrigues Belda, casada com o Engenheiro Rogério Belda.

Ocupou nesta Academia a Cadeira n.º 38; de que é Patrono Tibúrcio Rodrigues.

(D'O Povo, de Fortaleza, ed. de 25.6.1976)